

## Fim de doação de empresas facilitará rastrear dinheiro na Justiça

Magistrados da Justiça Eleitoral e advogados familiarizados com a área estimam que sem as doações de empresas, os candidatos serão obrigados a fazer uma campanha com cerca de 20% do que estão acostumados — dinheiro do fundo partidário e das doações de pessoas físicas. Com o aperto, fica a dúvida se as campanhas ficarão mais baratas ou se o caixa dois vai ficar ainda maior. Até porque em um cenário de crise política, será difícil convencer pessoas físicas a doarem para políticos, lembra o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, **Mário Devienne Ferraz**.

Dentro desse cenário, a restrição imposta pelo Supremo Tribunal Federal passa a ganhar um novo entendimento: mesmo que as ilegalidades continuem ou até aumentem, as novas regras farão com que o dinheiro se torne mais rastreável. Consequentemente, haverá mais punições.

Para o ministro **Herman Benjamin**, do Superior Tribunal de Justiça, os recursos passam a ter “carteira de identidade” e o financiador de campanha não poderá ficar “atrás de um biombo que é a pessoa jurídica”. Ele chama as mudanças nas regras para doações de banho de cidadania: “É uma questão do rastreamento, mas também uma questão do valor e do compromisso pessoal, pois quem vota é a pessoa física. Da mesma forma que um cidadão não pode votar em três candidatos para o mesmo cargo, ele deverá manter uma coerência ideológica e eleitoral na hora de fazer doações, diferente do que acontecia com as empresas”.

A questão de tornar o dinheiro das doações mais fácil de ser rastreado é, inclusive, a principal ideia por trás da nova regra, segundo o juiz **Silmar Fernandes**, membro do TRE-SP. “Eu acho difícil que vá diminuir muito a quantidade de dinheiro usado nas campanhas imediatamente, porque elas serão as mesmas — e elas são vultuosas”, ponderou.

O juiz **André Lemos Jorge**, também do TRE-SP, lembra que da dificuldade de se detectar os recursos ilegais, mas ressalta que a mudança deve auxiliar a corte. “Vamos nos empenhar ao máximo para tentar coibir essa doação do chamado caixa dois. Obviamente ele não acontece à luz do dia e é possível que inclusive aumente com as proibições. Por outro lado, nós buscaremos as fontes da doação com muito mais precisão na apuração, sobretudo no momento da prestação de contas”, analisa.

### Mudança mais profunda

A tese não é unânime entre os magistrados da Justiça Eleitoral. Para a juíza **Marli Ferreira**, do TRE-SP, as proibições de doações de empresas tendem a melhorar o cenário político, não porque tornarão o dinheiro mais rastreável, mas por uma mudança na posição político de quem se candidata. “Eu acho que esse afastamento das doações de empresas vai trazer alguns benefícios. Primeiro: as campanhas vão ser mais econômicas. Segundo: as pessoas vão repensar as atitudes que vão ter na campanha, devido ao quadro político e social”, afirma Marli.

### Date Created

20/02/2016